CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
31-12-2024

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
PRESIDENTE, DIRETORES E ADMINISTRADORES
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL
Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentarmos nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras.

CONTEXTO

Nossa auditoria do ano de 2024 foi planejada e executada levando em consideração as operações da Entidade.

Levamos em consideração os saldos anteriores das contas patrimoniais, pois as mesmas foram auditadas por esta auditoria e apresentaram conformidade com as contatadas na contabilidade atual. Como consequência, em termos de escopo e principais assuntos de auditoria, nossa abordagem manteve-se substancialmente inalterada com foco contínuo nas análises das transações envolvendo as respectivas contas patrimoniais.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.
As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2024.

PRYZE CONSULTING, ADVISOR, AUDIT E TAX
CRC – SP 2SP026076 "S"
Maria Cecilia Casanova
CRC-RS nº -53454 "T" – "SP"

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A T I V O

Valores expressos em R$

	Nota	31-DEC-24	31-DEC-23
CIRCULANTE	4	**2.839.032**	**2.264.804**
DISPONIBILIDADES		734.311	53.903
Caixa e bancos	4.1	734.297	53.889
Aplicações de liquidez imediata	4.2	14	14
DIREITOS REALIZÁVEIS		2.104.721	2.210.902
Adiantamentos a delegação esportiva	4.3	631	9.544
Créditos pessoais		30.530	-
Aplicações Banco do Brasil - Bloqueadas	4.4	1.766.603	1.766.603
Outros direitos realizáveis	4.5	306.958	434.755
NÃO CIRCULANTE	**5**	**3.041.012**	**3.761.391**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**5.1**	2.043.246	2.131.946
DIREITOS REALIZÁVEIS	5.1.1	2.043.246	2.131.946
Adiantamentos a dirigentes	5.1.1.1	150.663	150.663
Adiantamento para prestação de contas	5.1.1.2	1.149.167	1.149.167
Depósitos de bloqueios judiciais	5.1.1.3	707.677	617.791
Carta de crédito	5.1.1.4	35.739	35.739
Despesas pagas antecipadamente	5.1.1.5	-	178.586
IMOBILIZADO	**5.2**	997.766	1.629.445
Imóveis		2.023.312	2.023.312
Equipamentos		258.144	258.144
Computadores e Periféricos		187.369	187.369
Instalações		185.653	185.653
Moveis e Utensílios		281.260	281.260
Telefonia		8.336	8.336
Benfeitorias em instalações		470.931	470.931
Bens em construção		-	550.000
(-) Depreciação		(2.417.239)	(2.335.561)
Intangível		3.345	3.345
(-) Amortização		(3.345)	(3.345)
TOTAL DO ATIVO		**R$ 5.880.045**	**R$ 6.026.197**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

P A S S I V O

Valores expressos em R$

	Nota	31-DEC-24	31-DEC-23
CIRCULANTE	**6**	**551.076**	**599.596**
Fornecedores diversos	6.1	152.875	133.219
Obrigações trabalhistas e sociais	6.2	49.673	64.949
Obrigações tributárias	6.3	23.476	31.569
Encargos sociais	6.4	33.129	41.849
Provisões		-	30.064
Obrigações diversas	6.5	289.324	295.349
Parcelamentos	6.6	2.598	2.598
NÃO CIRCULANTE	**7**	**10.769.002**	**11.479.228**
Empréstimos financeiros	7.1.1	1.843.167	1.843.167
Débitos federais parcelados	7.1.2	6.407.802	7.118.029
Obrigações trabalhistas e sociais	7.1.3	1.041.520	1.041.520
Projetos - Ministério Esporte	7.1.4	1.476.513	1.476.513
PATRIMÔNIO SOCIAL	**9**	**(5.440.033)**	**(6.052.627)**
Patrimônio social	9	148.437	148.437
Déficit acumulado		(5.588.470)	(6.201.065)
TOTAL DO PASSIVO		**R$ 5.880.045**	**R$ 6.026.197**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Valores Expressos em R$

	Nota	31-DEC-24	31-DEC-23
RECEITAS DO EXERCÍCIO		**8.469.314**	**7.219.193**
Receitas de patrocínios	10.1.1	2.948.670	4.406.383
Receitas financeiras	10.1.2	-	1
Outras receitas	10.1.3	5.520.643	2.812.809
DESPESAS OPERACIONAIS	10.2	**(7.184.270)**	**(7.095.693)**
Despesa pessoal	10.2.1	(3.136.752)	(3.250.275)
Despesa geral	10.2.2	(1.347.833)	(614.119)
Despesa com prestação de serviços	10.2.3	(642.042)	(575.795)
Despesa com veículos	10.2.4	(4.284)	(6.393)
Depreciação		-	-
Despesas com eventos	10.2.5	(1.816.721)	(2.508.747)
Despesas financeiras	10.2.6	(236.638)	(140.365)
Resultado do Exercício		**R$ 1.285.043**	**R$ 123.499**

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

Valores expressos em R$

		31-DEC-24		31-DEC-23
Atividades operacionais				
Superávit/Déficit do exercício		1.285.043		123.499
Depreciação		81.679		88.594
Adiantamentos a delegação esportiva		8.914		(7.769)
Adiantamentos a dirigentes		-		150.663
Créditos pessoais		(30.530)		575
Outros adiantamentos		-		35.258
Adiantamento para prestação de contas		-		1.149.167
Aplicações Banco do Brasil - Bloqueadas		-		(1.766.603)
Outros direitos realizáveis		127.797		(434.755)
Adiantamentos a dirigentes		-		(150.663)
Adiantamento para prestação de contas		-		(1.149.167)
Depósitos de bloqueios judiciais		(89.885)		(333.566)
Despesas pagas antecipadamente		178.586		(178.586)
Fornecedores diversos		19.656		(234.095)
Obrigações trabalhistas e sociais		(15.276)		(56.740)
Obrigações tributárias		(8.093)		(4.034)
Encargos sociais		(8.720)		(11.109)
Obrigações diversas		(6.024)		(2.512)
Provisões		(30.064)		30.064
Débitos federais parcelados		(710.227)		(297.539)
Ajuste de avaliação patrimonial		(672.449)		(23.820)
Recursos provenientes das atividades operacionais	R$	130.408	R$	(3.073.136)
Atividades de financiamento				
Empréstimos financeiros		-		611.590
Recursos aplicados nas atividades de financiamentos		-		611.590
Atividades de investimento				
Aquisições de imobilizado		550.000		(560.157)
Recursos aplicados nas atividades de investimento	R$	550.000	R$	(560.157)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	R$	680.409	R$	(3.021.703)
Caixa no início do exercício e equivalente de caixa		53.903		3.075.607
Caixa no final do exercício e equivalente de caixa		734.311		53.903
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	R$	680.409	R$	(3.021.703)

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

PERÍODO DE 01-Jan-17 a 31-Dec-24

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADO	TOTAL GERAL
Saldo em 01-Jan-2017	R$ 148.437	R$ (7.690.923)	R$ (7.542.486)
Déficit do exercício		(715.301)	(715.301)
Ajuste de variação patrimonial		2.157.462	2.157.462
Saldo em 31-Dec-2017	R$ 148.437	R$ (6.248.762)	R$ (6.100.324)
Superávit do exercício		460.899	460.899
Ajuste de variação patrimonial		105.692	105.692
Saldo em 31-Dec-2018	R$ 148.437	R$ (5.682.171)	R$ (5.533.733)
Superávit do exercício		779	779
Ajuste de variação patrimonial		231.168	231.168
Saldo em 31-DEC-2019	R$ 148.437	R$ (5.450.224)	R$ (5.301.786)
Superávit do exercício		88.467	88.467
Saldo em 31-DEC-2020	R$ 148.437	R$ (5.361.757)	R$ (5.213.319)
Superávit do exercício		42.981	42.981
Ajuste de variação patrimonial		(7.494.695)	(7.494.695)
Saldo em 31-DEC-2021	R$ 148.437	R$ (12.813.471)	R$ (12.665.033)
Superávit do exercício		588.131	588.131
Ajuste de variação patrimonial		5.924.595	5.924.595
Saldo em 31-DEC-2022	R$ 148.437	R$ (6.300.744)	R$ (6.152.307)
Superávit do exercício		123.499	123.499
Ajuste de variação patrimonial		(23.820)	(23.820)

Saldo em 31-DEC-2023	R$	148.437	R$	(6.201.065)	R$	(6.052.627)
Superávit do exercício				1.285.043		1.285.043
Ajuste de variação patrimonial				(672.449)		(672.449)
Saldo em 31-DEC-2024	R$	148.437	R$	(5.588.470)	R$	(5.440.033)

PRYZE

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL

Rio de Janeiro - RJ

DADOS FINANCEIROS SELECIONADOS

	31-DEC-24	31-DEC-23
Resultados		
Total receitas:	8.469.314	7.219.193
Receitas de patrocínios	2.948.670	4.406.383
Receitas financeiras	-	1
Outras receitas	5.520.643	2.812.809
Resultado do período	1.285.043	123.499
Gastos administrativos geral	15,91%	8,51%
Desempenho		
Capital circulante líquido	2.287.956	1.665.208
Capital de Giro Necessário	1.575.441	1.623.932
Tesouraria	712.528	41.290
Rentabilidade sobre receitas %	659%	5846%
Rentabilidade do patrimônio líquido % - ROE	-24%	-2%
Ebitda s/ receita líquida	16%	5%
Giro do ativo	1,4	1,2
Geração fluxo de caixa operacional	130.408	(3.073.136)
Dados balanço		
Endividamento	11.320.077	12.078.824
Patrimônio social	(5.440.033)	(6.052.627)
Despesa financeira	236.638	140.365
Ativo circulante e não circulante	5.880.044	6.026.196
Passivo circulante e não circulante	11.320.077	12.078.824
Despesas operacionais	7.184.270	7.095.693
Outros dados		
Ebitda	1.603.360	352.458
Depreciação e amortização	81.679	88.594
Índices		
Liquidez geral - LG	0,43	0,36
Liquidez seca - LS	5,15	3,78
Liquidez corrente - LC	5,15	3,78
Grau de endividamento - GE	1,93	2,00
Estrutura de capital (%)		
Endividamento	-208,09%	-199,56%
Endividamento curto prazo	-10,13%	-9,91%
Imobilização do patrimônio social	-18,34%	-26,92%

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL
Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, designada pela sigla CBB, com sede na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 25 de Dezembro de 1933, e única filiada no território nacional à Federação Internacional de Basketball, designada pela sigla FIBA e ao Comitê Olímpico do Brasil designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo, com personalidade jurídica e patrimônio próprio e constituída pelas Entidades filiadas de administração de basquetebol, todas com direitos iguais, que, no território brasileiro dirijam ou venham dirigir de fato o basquetebol, tem por objetivo: a) dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o país a prática do basquetebol, inclusive o profissional, em todos os níveis e modalidades;
b) promover a realização de campeonatos e torneios de basquetebol, com a participação de representantes regionais e associações que lhe são filiadas, bem como de competições internacionais, de acordo com as normas das entidades dirigentes na área internacional; c) autorizar que suas filiadas, direta ou indiretamente, federações e associações comerciais, realizem as competições referidas na alínea anterior, aprovando os regulamentos; d) zelar pela organização e pela disciplina da prática do basquetebol nas federações, nas entidades e nas associações que lhe são filiadas; e) cumprir e fazer cumprir os atos originários da FIBA e das demais entidades internacionais a que esteja filiada; f) expedir aos filiados, com caráter de adoção obrigatória, qualquer ato necessário à organização, funcionamento e disciplina das atividades do basquetebol; g) regulamentar as disposições baixadas a respeito dos atletas amadores e profissionais dispondo sobre inscrições, registros, inclusive de contratos, transferências, remoções e reversões, cessões temporárias ou definitivas bem como sobre registros de técnicos; h) decidir sobre a adoção do profissionalismo no basquetebol por parte dos seus membros filiados; i) tomas quaisquer medidas que se tornem necessárias ou convenientes a fim de impedir que infrinjam os Estatutos e demais normas da FIBA; j) aplicar penalidades, no limite de suas atribuições, aos responsáveis pela inobservância das normas estatutárias, regulamentares e legais; k) suspender ou desfiliar qualquer de seus membros que infrinjam ou tolerem que seus filiados infrinjam os Estatutos da FIBA e da CBB e demais normas vigentes por elas aprovadas, estendendo a penalidade ao filiado, quando for o caso; l) interceder, perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e legítimos interesses das pessoas físicas ou jurídicas, sujeitas à sua jurisdição; m) representar o basquetebol, em qualquer atividade de cunho internacional, ressalvada a competência do Comitê Olímpico do Brasil, com poderes para celebrar convênios e acordos, assim como orientar, coordenar e fiscalizar as atividades das federações e das entidades e associações que lhe são filiadas, no âmbito internacional; n) decidir quanto à participação de delegações desportivas de seus membros filiados em competições internacionais no exterior, de acordo com a legislação desportiva, bem assim fiscalizar a sua constituição e desempenho; o) praticar, no exercício da direção nacional do basquetebol, todos os atos necessários à realização de seus fins.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovado pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e estão apresentas em real (R$), sendo esta a moeda funcional da sociedade.
O CPC PME está convertido às normas internacionais de contabilidade para Pequenas e Médias Empresas emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.
A preparação das demonstrações financeiras de acordo com CPC PME requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Princípios gerais

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.
As receitas de patrocínios são reconhecidas no resultado quando todos os riscos são transferidos para a entidade e os benefícios econômicos são gerados a favor da sociedade. Uma receita não é reconhecida se houver incertezas em relação à sua realização.

3.2. Instrumentos financeiros

3.2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela entidade são classificados sob a categoria de empréstimos e recebíveis e são representados por ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazos de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante.
A entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A entidade não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere

os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os principais ativos financeiros não derivativos reconhecidos pela empresa são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e outros recebíveis.

3.2.2 Passivos financeiros

A entidade reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial.
A entidade tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos, e outros débitos. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.
Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixas futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Avaliados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são compatíveis às de mercado, estando registradas ao seu valor justo e de realização.

3.2.4 Ativo Circulante e não circulante

Os valores foram registrados pelo seu valor nominal.
Sendo considerado curto prazo as operações com menos de 12 (doze) meses e a longo prazo as operações superiores a doze) meses.

3.2.5 Imobilizado

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.
O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.
Depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual e do valor estimado. A depreciação é reconhecida

no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis.

NOTA 4. ATIVO CIRCULANTE

4.1. Caixa e Bancos

Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, 31 de dezembro de 2024 , perfazendo o montante de R$ 734.297 (setecentos e trinta e quatro mil duzentos e noventa e sete reais).

4.2 Aplicações Financeiras

		31-dez.-24		31-dez.-23
CEF Poupança COB 013-13314		14		14
Total	R$	14	R$	14

4.3. Adiantamento a delegação esportiva

O valor de R$ R$ 631 (seiscentos e trinta e um mil reais) em 31 de dezembro de 2024 é referente a adiantamentos à delegação esportiva para futura prestação de contas.

4.4 Aplicações Banco do Brasil – Bloqueadas

Está demonstrado no grupo ativo circulante nas contas de aplicações financeiras do Banco do Brasil o montante de R$ 1.766.603 (hum milhão setecentos e sessenta e seis mil seiscentos e três reais atualizados até 31 de dezembro de 2024. No decorrer do ano de 2020 ocorreram bloqueios judiciais nas contas já bloqueadas para futuro abatimento do saldo devedor com o Banco Itaú.

4.5. Outros direitos realizáveis

O valor de R$ 306.958 (trezentos e seis mil novecentos e cinquenta e oito reais) referem-se a receita obtida com a realização da janela classificatória para a Copa do Mundo Masculino Adulta, em Santa Cruz do Sul, em fevereiro de 2023.

NOTA 5. ATIVO NÃO CIRCULANTE

5.1. Realizável a longo prazo:

5.1.1 Direitos realizáveis

5.1.1.1

O valor de R$ 150.663 (cento e cinquenta mil seiscentos e sessenta e três reais) em 31 de dezembro de 2024, refere-se ao saldo remanescente de adiantamentos à dirigentes de anos anteriores a 2017, Carlos Nunes, para futura prestação de contas.

5.1.1.2 Adiantamento para prestação de contas

O Comitê Olímpico do Brasil – Lei Agnelo Piva, destinou em exercícios anteriores a 2017 o valor de R$ 1.149.167 (hum milhão cento e quarenta e nove mil cento e sessenta e sete reais) efetivamente pagos pelo COB, constantes em processos em análise.

5.1.1.3 Bloqueios judiciais

Foram realizados diversos bloqueios judiciais, em contas bancárias da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL, perfazendo o montante de R$ 707.677 (setecentos e sete mil seiscentos e setenta e sete reais) por conta de processos judiciais até 31-12-2024.

5.1.1.4 Carta de crédito – consórcio

O saldo em 31 de dezembro de 2024no valor de R$ 35.739 (trinta e cinco mil setecentos e trinta e nove reais) refere-se aos valores remanescentes de exercícios anteriores a 2017.

5.2. Imobilizado

Os bens integrantes do imobilizado estão pela adoção do custo atribuído em seus ativos. Os bens foram depreciados considerando a vida útil aplicada pela legislação tributária e a constante valorização de mercado de veículos usados. A adoção do custo atribuído, somada à revisão das vidas úteis estimadas geraram um efeito no imobilizado líquido em contrapartida na conta de Avaliação patrimonial no Patrimônio Líquido, sendo deduzido o respectivo imposto de renda e da contribuição social diferida. A seguir demonstramos o detalhamento dos bens do ativo imobilizado:

		31-dez.-24		31-dez.-23
Imóveis		2.023.312		2.023.312
Equipamentos		258.144		258.144
Computadores e Periféricos		187.369		187.369
Instalações		185.653		185.653
Moveis e Utensílios		281.260		281.260
Telefonia		8.336		8.336
Benfeitorias em instalações		470.931		470.931
Bens em construção		-		550.000
Total	R$	3.415.005	R$	3.965.005

NOTA 6. PASSIVO CIRCULANTE

Estão representados neste grupo os compromissos assumidos à curto prazo, conforme demonstrados a seguir**:**

6.1. Fornecedores

Fornecedores diversos

		31-dez.-24		31-dez.-23
Fornecedores diversos		152.875		133.219
Total	R$	152.875	R$	133.219

6.2. Obrigações trabalhistas e sociais

		31-dez.-24		31-dez.-23
Salários a Pagar		49.673		64.949
Total	R$	49.673	R$	64.949

6.3. Obrigações tributárias

São obrigações Federais/Estaduais/Municipais a serem cumpridas no prazo de 12(doze) meses:

		31-dez.-24		31-dez.-23
IRRF (Código 0561) a Recolher		21.223		24.472
IRRF (código 1708) a Recolher		86		-
PCC (PIS/COFINS/CSLL) a Recolher		498		498
PIS a Recolher		712		1.324
ISS Recolher Terceiros		667		-
Débitos previdenciários RFB - Parcelados		-		4.983
INSS retido a recolher		291		291
Total	R$	23.476	R$	31.569

6.4. Encargos sociais

		31-dez.-24
INSS a Recolher		24.629
FGTS a Recolher		8.500
Total	R$	33.129

6.5 Obrigações diversas

		31-dez.-24		31-dez.-23
Aluguéis a pagar		23.694		23.694
Outras contas a pagar		5.927		11.951
Acordo Judicial		7.702		7.702
Acordo com Fornecedores		8.030		8.030
FIBA		204.696		204.696
Empréstimo a terceiros		13.276		13.276
Fed. Catarinense de Basketball		26.000		26.000
Total	R$	289.324	R$	295.349

6.6 Parcelamentos

Estão registrados nesta conta parcelamentos de diversas inscrições imobiliárias de IPTU do referido imóvel da Confederação perfazendo montante de R$ 2.598 (dois mil quinhentos e noventa e oito reais) em 31 de dezembro de 2024.

NOTA 7. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

7.1 Exigível a longo prazo

São todas as obrigações a serem cumpridas no prazo superior a 12 (doze) meses.

7.1.1. Empréstimos financeiros

Foram demonstrados nesta conta os valores de empréstimos contraídos com o Banco Itaú S/A, conforme contrato nº 30296/30634935, renegociados de acordo com o processo judicial 0201970-92.2013.8.19.0001, juros de 1,90 am, em 48 parcelas de R$ 61.263,07 (sessenta e um mil duzentos e sessenta e três reais e sete centavos) em 16/05/2016, sendo as parcelas paga na data de seus vencimentos o valor da parcela será de R$ 45.947,30 (quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).
Constatamos que o respectivo empréstimo não foi cumprido no ano de 2016, perfazendo o montante atualizado à data de 31 de dezembro de 2024 de R$ 1.843.167 (hum milhão oitocentos e quarenta e três cento e sessenta e sete reais).
No exercício de 2017 foram realizados bloqueios judiciais nas contas bancárias do Banco do Brasil da Confederação Brasileira de Basketball a fim de quitar o saldo devedor com o Banco Itaú S/A, até o presente relatório não recebemos do Banco Itaú saldo atualizado de empréstimos.

7.1.2 Débitos federais - Parcelados

O valor de R$ 6.407.802 (seis milhões quatrocentos e sete mil oitocentos e dois reais) referem-se valores devidos de junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda nacional que foram parcelados no ano calendário de 2022.

7.1.3 Obrigações trabalhistas e sociais

Estão registradas nas contas os saldos de anos anteriores até 31-12-2019 cuja obrigação excede a 12 meses, sendo considerada por esta auditoria como obrigações não circulantes, demonstradas no quadro abaixo:

		31-dez.-24		31-dez.-23
Rescisões a pagar		421.806		421.806
Salários/Férias a Pagar		619.714		619.714
Total	R$	1.041.520	R$	1.041.520

NOTA 8. CONTINGÊNCIA CÍVEL-TRABALHISTA

8.1 A Confederação Brasileira de Basketball possui ações de natureza cíveis, em situações possíveis de perda que perfazem o montante total das causas em R$ 9.219.568 (nove milhões duzentos e dezenove mil quinhentos e sessenta e oito reais) conforme abaixo demonstrado:

Processo	Autora/Réu-CBB
0295009-12.2014.8.19.0001	DHP Viagens e Turismo Ltda
0056563-84.2015.8.19.0001	Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S/A
0121458-20.2016.8.19.0001	Vcolor Comunicação Visual Ltda-Me
0243314.48.2016.8.19.0001	DMX Soluções em Vídeo Eirele
0270956-93.2016.8.19.0001	In Press Média Guide Assessoria de Imprensa e Comunicação Ltda Antonio Carlos Andreazza Gonçalves de Oliveira
0208061-62.2017.8.19.0001	Condomínio do Edifício Bokel

8.2 A Confederação Brasileira de Basketball possui em andamento processos trabalhistas sendo que muitos já foram quitados no ano calendário de 2024, quatro estão em negociação e os demais em tramitação inicial. Os valores estão demonstrados no item 7.1.3 do Balanço Patrimonial.

NOTA 9. PATRIMONIO SOCIAL

Compõe o saldo do Patrimônio social o valor de R$ 148.437 (cento e quarenta e oito mil quatrocentos e trinta e sete reais) em 31 de dezembro de 2024.

NOTA 10. APURAÇÃO DO RESULTADO

As despesas e receitas do exercício foram integralmente reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

10.1 Receitas

10.1.1 Receita Patrocínios

		31-dez.-24		31-dez.-23
Liga Nac. de Basquete		-		6.903
Nike do Brasil Comercio e Participações		359.853		303.848
ODS and scouts		2.051.370		-
Centauro		63.956		-
Patrocínios geral		473.492		4.095.633
Total	R$	2.948.670	R$	4.406.383

10.1.2 Receitas financeiras

		31-dez.-23		31-dez.-22
Receita de Aplicação Financeira		1		2.411
Total	R$	1	R$	2.411

10.1.3 Outras receitas

		31-dez.-24		31-dez.-23
Alugueis salas		78.251		76.461
Taxa de Inscrição/Transf. de Atletas/Clubes		341.841		365.383
Inscrições clubes (CBI)		493.873		450.451
Inscrições clubes (CBA)		250.530		128.380
Inscrições clubes (LFB)		21.300		-
Receitas diversas		1.302.558		530.681
Recuperação de despesas		4.345		6.817
Doação COB		3.005.045		819.881
Receita da Clube União Corinthians de Santa Cruz do Sul		-		434.755
Inscrições 3x3		22.900		-
Total	R$	5.520.643	R$	2.812.809

10.2. Despesas Operacionais

10.2.1 Pessoal

Despesas pessoal	**31-dez.-24**	**31-dez.-23**
Salários	947.840	1.216.460
Férias	114.020	161.013
13º. Salário	84.691	82.725
Vale Transporte	16.361	14.696
FGTS	163.743	221.259
Ações trabalhistas	1.020.150	886.814
Plano de Saúde/Assistência Médica/Exames médicos	55.798	16.142
INSS	279.462	371.023
Vale Refeição	90.828	119.125
Pis s/ Folha	12.102	13.792
Outras Despesas pessoal	351.756	147.225
Total	R$ 3.136.752	R$ 3.250.275

10.2.2 Gerais

Despesas gerais	31-dez.-24	31-dez.-23
Agenciamento/corretagem/despachante		10.533
Água, luz, telefone e gás		13.191
Correios - Cartórios	32.137	15.566
Suporte em internet	64.888	-
Despesas c/ Copa/Cozinha	544	-
Telefones/Internet	22.929	-
Assinaturas/Anuidades/Mensalidades	185	-
Outras Despesas	56.828	-
Fretes	20.361	-
Aluguéis	360.318	238.120
Bens de Pq. Valor	3.605	4.849
Depreciação do Imobilizado	81.679	86.418
Despesas tributárias	-	19.764
Diretoria Adm Financeira	-	23.961
Fretes e carretos	-	14.086
Impostos e Taxas	327.305	-
Lavanderia	-	26.595
Locação de Equipamentos	12.500	-
Manutenção Conservação Imóveis	86.026	72.434
Manutenção e instalação	25.427	10.000
Material de Escritório	14.621	7.697
Material/ serviços gráficos	5.704	17.235
Multas/Autoinfração	145.911	-
Outras despesas	-	47.468
Serviços portuário e aduaneiros	54.671	-
Custas processuais	13.318	-
Serviços de limpeza	18.877	6.203
Total	R$ 1.347.833	R$ 614.119

10.2.3 Despesa com prestação de serviços

	31-dez.-24	31-dez.-23
Honorários Contábeis	41.600	43.142
Honorários Advocatícios	519.193	440.600
Manutenção Informática/Internet	-	37.308
Serviços Profissionais	81.249	54.746
Total	R$ 642.042	R$ 575.795

10.2.4 Despesas de veículos

	31-dez.-24	31-dez.-23
Combustíveis	4.284	5.782
Estacionamentos/Pedágios/IPVA	-	611
Total	R$ 4.284	R$ 6.393

10.2.5 Despesa com eventos

	2.024	2.023
Hospedagem/Viagens/estadias	-	166.099
Viagens terrestres	118.792	52.072
Despesas gerais	-	115.632
Viagens aéreas	103.555	323.834
Despesas campeonatos	156.555	480.460
Serviços prestados PJ	385.960	732.927
Confraternizações	45.770	31.600
Seguro atletas	20.403	25.890
Locação de Equipamentos	28.343	-
Serviços médicos	36.014	-
Serviços lavanderia	21.014	-
Voluntários	248.870	-
Serviços de fotografia	20.548	-
Material esportivo	10.405	17.855
Troféus/Medalhas	42.034	56.354
Serviços de arbitragem	295.299	139.189
Publicidade - Marketing	197.712	154.067
Alimentação	84.636	188.626
Uniformes	810	24.143
Total	1.816.721	2.508.747

10.2.6 Despesas financeiras

	31-dez.-24	31-dez.-23
Tarifa bancária	6.324	2.982
Juros s/parcelamentos e impostos	230.314	137.383
Total	R$ 236.638	R$ 140.365

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BASKETBALL
Av. Salvador Allende 6555, Pavilhão 1, Térreo sala 7 - Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ CEP: 22.783-127
Site: www.cbb.com.br Email: secretaria@basquetebrasil.org.br

CONSELHO FISCAL

PARECER

Em virtude do exposto pela representante da empresa de auditoria PRYZE CONSULTING, ADVISOR, AUDIT E TAX, a sócia proprietária Maria Cecília Casanova, com a complementação das informações pelo Secretário Geral da CBB, Sr. Carlos Roberto da Costa Fontenelle, o Conselho Fiscal recomenda, por unanimidade à Assembleia Geral que sejam aprovadas as contas do ano de 2024.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025

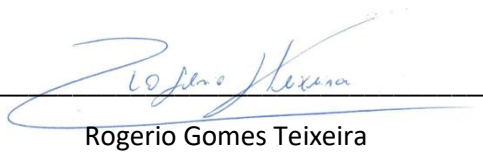
Virtualmente presentes:

Sr. Paulo Sérgio Rego
Membro Efetivo

Sr. Carlos Maurício Ettinger
Membro Suplente

Sr. Rodrigo Donato
Membro Suplente

Eu, Rogério Teixeira, que secretariei a reunião, declaro serem verdadeiras as informações acima.



Rogerio Gomes Teixeira
Secretário